



Câmara aprova decreto de intervenção no DF

Medida teve aval de todas as lideranças partidárias, incluindo base bolsonarista

» VICTOR CORREIA

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, em votação simbólica, o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que estabeleceu intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal, assinado domingo como resposta aos ataques terroristas na Praça dos Três Poderes.

A votação ocorreu em modo híbrido, com grande parte dos deputados presentes no plenário depredado da Câmara, simbolizando que os Três Poderes continuam em funcionamento após a destruição. O grosso dos estragos já estava ajeitado, mas o rastro de destruição ainda era visível nos móveis, equipamentos eletrônicos, vidros e tapetes. O salão, porém, só ficou em condições de trabalho após um esforço de limpeza.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), fez um discurso aos parlamentares e repudiou os atos de terrorismo. “Esse plenário, graças a Deus, foi preservado como símbolo da nossa democracia”.

O presidente da Casa também pediu punição exemplar aos envolvidos. “Nenhum de nós se sente representado pela desordem de ontem (domingo), independentemente do posicionamento. O povo quer respeito à ordem. A maior resposta que podemos dar agora é mais e mais democracia”, frisou.

Apenas PL e Novo liberaram suas bancadas. As demais legendas orientaram pelo voto favorável à intervenção. A aprovação foi acertada em reunião de lideranças, na Residência Oficial do presidente da Câmara. O deputado federal Rubens Pereira Júnior (PT-MA) foi o relator do texto.

O decreto foi assinado pelo presidente Lula em resposta ao ataque à sede dos Poderes e, também, à inação da Polícia Militar do DF frente aos terroristas. Com a medida, a área de segurança pública passa a ficar a cargo do governo federal, e já é comandada pelo inventor nomeado Ricardo Cappelli, secretário-executivo do Ministério da Justiça. As demais áreas da administração do DF não são afetadas. O decreto tem duração até 31 de janeiro. Apesar de ter força de lei desde o momento da assinatura, a intervenção precisa ser avalizada pelas duas Casas do Congresso Nacional. O Senado votará o texto hoje. **(Leia ao lado)**

Youtube/Reprodução



Arthur Lira destacou que a votação ocorreu apesar da destruição provocada pelos vândalos no Congresso

Votação acordada

No início da tarde, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), convocou as lideranças partidárias para uma reunião, Residência Oficial, para discutir a reação dos parlamentares ao terrorismo dos bolsonaristas radicais na capital. Participaram do encontro 28 líderes na Câmara, incluindo parlamentares da atual legislatura, que vai até 1º de fevereiro, e os que assumem no próximo mês. As lideranças foram unânimes em dar apoio à intervenção, incluindo a base de apoio de Bolsonaro.

“Há total unidade contra os atos. Cada um precifica de uma forma, mas, contra o Estado de Direito, contra a democracia, há a avaliação de que os atos foram antidemocráticos, golpistas, terroristas, atos de vândalos que destruíram o patrimônio público. Foi um posicionamento forte e firme do presidente Arthur Lira”, declarou o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG), após o encontro.

Também esteve presente na reunião na casa de Lira a ex-deputada federal e governadora em exercício do DF, Celina Leão (PP-DF), que assumiu o cargo após afastamento de Ibaneis Rocha (MDB) por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Parlamentares relataram que alguns colegas expressaram preocupação com a decisão monocrática

do ministro, mas disseram que a situação era excepcional por causa do cenário de terror.

Punições a terroristas

Os líderes da Câmara também discutiram as medidas que a Casa deve tomar contra os manifestantes golpistas, incluindo uma possível participação de parlamentares nas depredações. Porém não há consenso entre deputados sobre a instauração de uma CPI.

“O ideal é debater em outro momento se (a CPI) é o melhor instrumento ou não. Nós achamos que é, para a gente avaliar o andamento das investigações. Nesse primeiro momento, parece que tem maior consenso uma comissão externa para acompanhar as investigações”, disse Reginaldo Lopes.

Outra medida que deve ser tomada na próxima legislatura é o endurecimento das punições a quem pratica atos antidemocráticos, especialmente se os envolvidos estiverem em cargos públicos. O deputado federal Aliei Machado (PV-PR) informou que vai protocolar uma proposta para alterar a Lei da Ficha Limpa.

“Não é cassar os direitos políticos, mas (impôr) ineligibilidade, que são coisas diferentes. Participou de ato antidemocrático, agressão a jornalistas, agressão ao estado democrático de direito, se enquadrará na Ficha Limpa”, declarou.

Senado vota em plenário

» RAPHAEL FELICE

O presidente em exercício do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), convocou sessão para votar o decreto de intervenção na segurança do DF, aprovado ontem na Câmara. Segundo o senador, a presença dos parlamentares no Plenário dará uma demonstração de força ao Parlamento e à democracia.

“Vamos fazer nossa reunião no plenário do Senado e terá um simbolismo. Será uma resposta e demonstração de força a esses grupos de que eles não impedirão o trabalho dos Poderes, não haverá prática terrorista que impedirá a nossa missão constitucional”, disse o vice-presidente do Senado, que também afirmou que todas as lideranças de esquerda, direita ou de centro repudiaram veementemente os ataques terroristas.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chegou a Brasília às 20h30 da noite de ontem. Ele estava em viagem na Europa, mas retornou após a emergência por conta dos ataques terroristas.

Lideranças do governo presentes nas reuniões de ontem, como o líder no Congresso, Raulo Rodrigues (Rede-AP), também têm interesse na convocação de uma sessão do Congresso Nacional para votar vetos do ex-presidente Jair Bolsonaro à Lei de Segurança Nacional (LSN).

O ex-presidente vetou cinco trechos da LSN. Entre eles, estão medidas relacionadas ao combate às fake news, que previa de punição a atos de “comunicação enganosa em massa”, e outra que previa o aumento em um terço da pena de crimes contra o Estado Democrático de Direito cometidos por funcionário público, ou com atos violentos ou ameaças graves com uso de arma de fogo.

“Vou pedir que a gente possa colocar em caráter de urgência esses vetos em votação para que a gente possa derrubar. Hoje, mais do que nunca, além das prisões das pessoas que tiveram envolvimento direto, nós temos que chegar aos financiadores”, disse a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA).

Também foi confirmada por lideranças do governo a possibilidade de instalação da CPI do Senado para investigar os atos de terrorismo e os movimentos antidemocráticos.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Os vândalos foram odiosos, misóginos, racistas e burros

As seis facadas no painel *As mulatas*, de Di Cavalcanti, foram a síntese da natureza dos vândalos bolsonaristas que invadiram, depredaram e saquearam o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). A jovem atriz carioca Marcia Cerqueira, no Twitter, foi cirúrgica: “Esfaguear a pintura *As Mulatas* de Di Cavalcanti me parece o vandalismo mais simbólico do que representa o bolsonarismo: o ódio à arte e à cultura brasileira, o racismo, a misoginia, a ignorância, a agressividade e o desprezo pelo patrimônio público, em um só tempo”.

Uma das mais importantes obras do pintor modernista brasileiro, que sofreu forte influência do catalão Pablo Picasso e do muralista mexicano Diego de Rivera, a obra está avaliada em R\$ 8 milhões, mas pode chegar a mais de R\$ 20 milhões, valor do painel *Bumba meu Boi*, de sua autoria, vendido num leilão paulista, em 2019. *As mulatas* fala da mestiçagem sem negar as contradições da tragédia da escravidão, uma das características da obra de Di Cavalcanti. Restaurado, o painel será um ícone do que aconteceu neste 8 de janeiro, em Brasília.

O documentário *January 6th*, com 3 horas de duração, disponível no YouTube, mostra o ataque ao Capitólio, nos Estados Unidos, serviu de roteiro para o que aconteceu em Brasília: somente foi possível porque houve um retardo deliberado de três horas para que as forças de segurança entrassem em ação. Os bolsonaristas seguiram o mesmo esquema, e as responsabilidades devem ser apuradas. Os serviços de inteligência sabiam com antecedência o que estava por acontecer. Grave foi a omissão do governador Ibaneis Rocha, afastado do cargo, e o comportamento ambíguo dos responsáveis pela segurança do Distrito Federal.

A invasão sem resistência do Palácio do Planalto, de responsabilidade do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que teve as armas roubadas, e da Guarda Presidencial, é incompreensível. As tropas do Exército poderiam ter barrado o acesso às salas do segundo e do terceiro andares nos seus corredores; e dissipar os manifestantes nos andares inferiores com bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo, mas seguiram o mesmo procedimento adotado em relação ao acampamento no QG do Exército: não fazer nada.

Nas redes sociais e nos aplicativos de mensagens, segundo monitoramento realizado pela DataHub, uma empresa de Brasília, a articulação da invasão ao Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Superior Tribunal Federal (STF) começou dias antes do ocorrido. Em grupos do Telegram, bolsonaristas convocaram “patriotas” para ocuparem Brasília; ensinaram como se proteger de gás de efeito moral; ameaçaram “tomar o poder”; publicaram passo a passo o que deveria ser feito e os locais que deveriam, supostamente, ser “recuperados pelo povo”.

Terrorismo

Como orientações para os atos, utilizaram vídeos da manifestação de junho de 2013, que chegou ao teto do Congresso, e da invasão da Presidência do Sri Lanka, em 2022, o que demonstra que as ações foram premeditadas. O código “Festa da Selma” ou “Festa da Irmã”, senha para as ações, apareceu, inclusive, em links para lives no Instagram, rede social aberta, e se referia à organização dos atos de vandalismo. O código e discursos de “tomada de poder” também foram observados no Twitter, incitando dias antes o que ocorreria em 8/01.

No WhatsApp, também foi observada a convocação dos bolsonaristas a participarem do ato em Brasília. Algumas publicações tinham um teor mais agressivo e orientavam sobre métodos e preparativos que os manifestantes poderiam adotar no momento do protesto para invadir o Congresso Nacional. Nos grupos, também foi observada a organização de caravanas para que os manifestantes pudessem se locomover dos estados com destino a Brasília.

Era uma situação anunciada nos aplicativos de mensagens nos quais o bolsonarismo se organiza desde 2015. Felizmente, ninguém morreu. O que aconteceu no domingo, porém, mostrou que a extrema direita bolsonarista, além de bruta, é burra. Será desmantelada pelas investigações do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, que estão unidos. Espera-se que o Alto Comando do Exército, diante do ocorrido, aprenda com a própria experiência a não ser leniente com esse movimento extremista. O acampamento do QG somente não foi removido na madrugada de segunda-feira para dar tempo aos parentes de militares de abandoná-lo.

Entretanto, “o enquadramento dos vândalos como terroristas não é possível”, segundo o jurista Marco Aurélio Marrafon, professor de direito constitucional da Faculdade de Direito da Uerj. Além de associação criminosa, porém, é possível enquadrá-los nos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, art. 359-L: “Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais, com pena prevista de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de reclusão”, além da pena correspondente à violência; de golpe de Estado, Art. 359-M: “Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído, com pena de 4 (quatro) a 12 (doze) anos de reclusão”, além da pena correspondente à violência. Dura lex sed lex? Ma non troppo!

Renan quer Ibaneis expulso

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) articula para que o governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, seja expulso do MDB. Para o senador, Ibaneis age “em benefício de Bolsonaro e desses terroristas há bastante tempo” e que não há mais condições para que o MDB o abrigue na legenda. Calheiros também quer que o governador afastado do DF por ordem do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes seja investigado pela CPI que vai propor no Senado para investigar os atos terroristas na Praça dos Três Poderes.

Renan tem o apoio de uma ala do MDB que não concorda com as posições adotadas pelo governador reeleito. Ibaneis apoiou Bolsonaro na campanha presidencial, ignorando a candidatura oficial de Simone Tebet (MDB-MS). Para Renan, esse apoio é incompatível com a história do partido na luta pela redemocratização do país e que, agora, dá

sustentabilidade ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Ibaneis também é apoiador do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e mantém uma postura de afastamento do presidente do partido, o deputado Baleia Rossi. Como governador do DF, não participou da solenidade de posse e não participou de nenhuma solenidade de posse de ministros do MDB.

O senador também vai pedir a extradição do ex-presidente Jair Bolsonaro, que está nos Estados Unidos. “É preciso, imediatamente, fazer a extradição de Bolsonaro para o Brasil, para que ele responda por todos os crimes que cometeu, e não apenas com relação às vítimas da covid-19. Em todos os momentos, Bolsonaro foi esse que está aí: fugiu na hora H, quando estava para se deflagrar a invasão das sedes dos Três Poderes”, disse Calheiros ao portal UOL News.

Em suas redes sociais, o

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Renan: extradição de Bolsonaro

parlamentar postou que, “além da CPI, pedi também ao STF a inclusão de Jair Bolsonaro no inquérito dos atos antidemocráticos como investigado e, se necessária, sua prisão preventiva, dada sua condição de fugitivo”, escreveu. (VC)